CONTEXTO HISTÓRICO

O projeto que objetivava transferir a sede da monarquia lusa para o Brasil é antigo, remontando a uma série de pensadores portugueses, como por exemplo o Padre Antônio Vieira. A proposta mais sólida surgiu, pela primeira vez, através de Rodrigo de Souza Coutinho, o Conde de Linhares, ministro de D. Maria I. No final da década de 1790, no contexto da Revolução Francesa, advogou Coutinho que transferir a sede da monarquia para o Rio de Janeiro traria uma dupla vantagem: a proximidade das riquezas naturais da colônia, muito mais abundantes do que as da metrópole, e o distanciamento das turbulências sociais que assolavam o Velho Continente, garantindo paz e estabilidade para a Corte absolutista portuguesa. O projeto, no entanto, foi guardado pelas lideranças lusas, e posto em prática no início do séc. XIX, durante as Guerras Napoleônicas.

Em 1806, o imperador francês Napoleão Bonaparte impôs o Bloqueio Continental, proibindo a comercialização das nações europeias com a Inglaterra, sob ameaça de invasão caso alguma nação não acatasse às suas imposições. Portugal, ao considerar as estreitas relações que historicamente mantinham com os ingleses, não adere o bloqueio, desencadeando na invasão francesa rumo a Lisboa em 1807. A Corte portuguesa foi obrigada, então, a abandonar o reino em 29 de novembro daquele mesmo ano, sob escolta da Armada inglesa rumo ao Brasil. A comitiva real contava com cerca de 15 mil pessoas, que representavam parte da aristocracia e burocracia lusa. A decisão atendia aos interesses da Inglaterra, desejosa em furar o Bloqueio Continental através do comércio direto com a América. A transferência da Corte também representava uma sobrevida ao colonialismo português na região, pois, após a independência das 13 colônias e as primeiras sedições reprimidas ao final do século XVIII, a permanência da Coroa no Rio de Janeiro garantia um maior controle sobre o Brasil.



Disponível em: https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/2/28

A PRESENÇA JOANINA E O FIM DO PACTO COLONIAL

Em 28 de janeiro de 1808, ainda em Salvador, foi aprovado o primeiro ato administrativo importante no Brasil pelo então príncipe regente, D. João: **a abertura dos portos às nações amigas**. Na prática, significava o fim do Pacto Colonial mercantilista português e o início da transferência do Brasil à esfera de influência do nascente capitalismo industrial inglês. Os registros de importações de produtos ingleses como patins de gelo e roupas de lã, tornaram-se célebres na historiografia que busca ridicularizar esta relação de dependência. A concorrência inglesa seria extremamente prejudicial para qualquer pretensão de projeto de desenvolvimento manufatureiro no Brasil.

Em 7 de março de 1808, após desembarcar finalmente no Rio de Janeiro, D. João organizou as primeiras instituições burocráticas que tinham por objetivo atender às demandas da aristocracia recém-chegada. Foram abertas as Mesas do Desembargo do Paço e da Consciência e Ordens, a Intendência Geral da Polícia, a Real Academia Militar, a Academia da Marinha e a Casa da Suplicação. A cidade também sofreria mudanças com tamanha comitiva chegando ao Rio de Janeiro. Os bairros passariam por um crescimento urbano repentino e alguns colonos foram agraciados com a escolha de suas residências para membros da Corte. Os moradores que recebiam o selo P.R. (Príncipe Regente) eram obrigados a deixar suas casas em favor dos nobres que acompanhavam a Família Real. A população rapidamente ironizou a medida como carimbo do "ponha-se na rua".

A criação da Imprensa Régia, em 13 de maio de 1808, inaugurou a existência de órgãos de imprensa no Brasil. Ela marcou um novo momento cultural e político que o país vivia, e tinha como função básica informar a população sobre medidas inerentes ao poder público. O segundo órgão de imprensa foi o Correio Braziliense de Hipólito José da Costa. O Correio, entretanto, era publicado em Londres. Coube, portanto, à Gazeta do Rio de Janeiro o título de primeiro jornal publicado no Brasil, em setembro de 1808. A imprensa, todavia, ficaria sob censura da força policial, já que a Corte ainda estava temerosa pela provável difusão de ideais liberais.

A primeira instituição financeira criada nestas terras foi o Banco do Brasil, segundo o Alvará Régio de 12 de outubro de 1808. Ele reunia uma série de funções, dentre as quais levantar recursos para a sustentação da Família Real, organizar os pagamentos dos proventos de burocratas, soldos militares, pensões e fomentar a atividade econômica. D. João valeu-se, basicamente, de dois expedientes para levantar fundos para a criação do Banco do Brasil: a oferta da Comenda da Ordem de Cristo para aqueles que investissem no Banco e a criação de um imposto sobre atividades lojistas e de navegação.

A criação da Livraria Pública, do Jardim Botânico e da Escola Real de Artes e Ofícios se insere no conjunto de medidas joaninas. O governo autorizou, ainda, que estrangeiros pudessem realizar viagens de pesquisa científica pelo Brasil. Os viajantes europeus, Debret, Von Langsdorf, Maria Graham, Pohl, Rugendas, Saint-Hilaire, Spix e Von Martius retrataram os aspectos naturais e urbanos desta terra, desde o governo de D. João até o período da monarquia nacional, sendo suas anotações, desenhos e diários, importantes fontes de consulta para os historiadores. Em 26 de março de 1816, por exemplo, desembarcou, no Rio de Janeiro, a Missão Francesa, trazendo artistas do calibre de Debret, Nicolau Taunay, Augusto Maria Taunay, entre outros.

Em 1810, foram assinados os **Tratados de Aliança e Amizade e de Comércio e Navegação** com a Inglaterra. Os Tratados de 1810 foram negociados por lorde Strangford e D. Rodrigo de Souza e Coutinho e evidenciam a hegemonia britânica, iniciada, simbolicamente, em 1703, pelo Tratado de Methuen, sobre o Reino de Portugal. Os Tratados estabeleciam a proibição da Inquisição nos domínios coloniais portugueses e a liberdade de consciência e religião para os súditos ingleses, além do direito de serem julgados segundo suas leis e seus tribunais no caso de infrações cometidas

nas regiões de domínio luso, sem, contudo, haver reciprocidade, pois os portugueses poderiam gozar da "reconhecida equidade da jurisprudência britânica" no caso de delitos cometidos em áreas de soberania inglesa. O ponto mais polêmico, contudo, coube aos direitos de alfândega, os quais passariam a favorecer os produtos ingleses, pois estes pagariam 15% de imposto ad valorem ad valorem, enquanto os portugueses pagariam 16% e outras nacionalidades, 24%. Os Tratados de 1810 discorriam, ainda, sobre a progressiva extinção da escravidão, o que foi totalmente ignorado e deu origem ao termo "leis para inglês ver".

REVOLUÇÃO PERNAMBUCANA (1817)

Em 1817, D. João enfrentou uma revolta em Pernambuco, de caráter separatista e republicano. Um governo provisório pernambucano foi instituído após a expulsão do governador Caetano Pinto de Miranda Montenegro, decretando o aumento do soldo da tropa, a extinção de impostos, as liberdades de imprensa e religião além da convocação de uma Assembleia Constituinte. O movimento contagiou Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte. A falta de apoio externo, o bloqueio naval imposto pelo governo e a desistência dos grandes proprietários, que temiam a radicalização da revolta, provocaram a queda do governo revolucionário. O processo que se seguiu condenou mais de 200 pessoas, dentre as quais muitos membros da Igreja Católica. Em 1821, após a Revolução do Porto, seria concedida uma anistia geral.

POLÍTICA EXTERNA

No período joanino, houve, ainda, duas ações militares contra territórios vizinhos. Em janeiro de 1809, 700 soldados luso-brasileiros, apoiados pela Marinha inglesa, invadiram Caiena e mantiveram a colônia francesa da Guiana sob tutela portuguesa. O território seria devolvido somente em 1817.

Em julho de 1821, houve uma nova ação militar, desta vez no sul, ocupando a província Cisplatina, que se tornaria independente em 1828, com o nome de República Oriental do Uruguai.

Em 1815, o Brasil foi elevado ao status de Reino Unido a Portugal e Algarves, como condição para que o Príncipe Regente D. João tivesse legitimidade no Congresso de Viena. E, em 1818, após a morte da rainha Maria I, D. João receberia, finalmente, o título de D. João VI, com o qual ficaria mais conhecido na História.



D. João VI. Disponível em: https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/1/1b/Jean-Baptiste_Debret_-_Retrato_de_Dom_Jo%C3%A3o_VI_%28MNBA%29.jpg

PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO

O processo de crise do Antigo Sistema Colonial no Brasil teve suas primeiras manifestações no final do século XVIII. A transferência da Corte portuguesa para a América, contudo, serviu como um catalisador para o processo de independência de 1822. A abertura dos portos em 1808 marcou o fim do exclusivismo metropolitano, enquanto as inovações administrativas, burocráticas e urbanas, davam uma nova feição ao país, sobretudo ao Rio de Janeiro. O surgimento de uma elite ilustrada, apesar da manutenção da censura, seria condição indispensável para o processo de rompimento político. A elevação do Brasil a Reino Unido, a despeito de seu caráter formal, mostra a importância que a outrora colônia passava a ter para a Corte. O marco mais recente para tratarmos o processo de Independência do Brasil, contudo, foi a Revolução Liberal do Porto.

A revolução acima mencionada começou em 24 de agosto de 1820 e insere-se no capítulo das revoluções liberais do século XIX, determinando a superação do Antigo Regime em Portugal. A Revolução apresentava um binômio ideológico aparentemente contraditório, calcado no discurso liberal para Portugal ao exigir:

- o retorno de D. João VI, que ainda se encontrava no Rio de Janeiro
- a elaboração de uma Carta Constitucional por uma Assembleia Nacional
- o retorno do Pacto Colonial mercantilista para o Brasil, denominado de Princípio da Recolonização

Os envolvidos na Revolução, militares, comerciantes, magistrados e burocratas, apesar do tom social moderado, expressavam um forte sentimento contra a dominação inglesa e propunham uma redefinição no trato com o Brasil, que pudesse beneficiá-los.

Os processos que o Parlamento inglês e os Estados Gerais franceses sofreram em 1688 e 1789, respectivamente, seriam muito semelhantes com aquele que as Cortes portuguesas passariam em 1820. As Cortes, até então meramente consultivas, transformar-se-iam em órgãos legislativos de caráter deliberativo, com o intuito de elaborar uma Constituição que colocasse um freio no absolutismo lusitano. Em 1821, as províncias do norte e nordeste aderiram ao movimento liberal português, também denominado de Regeneração Vintista. Os militares e a população do Rio de Janeiro também foram empolgados pelo movimento.

A Constituição seria proclamada em 23 de setembro de 1822. A conjuntura política de Portugal, entretanto, marcaria um discreto retorno ao regime de caráter autoritário, que levaria aos conflitos nacionais após 1826.

No Brasil, a ameaça de recolonização da Revolução do Porto criou um clima de apreensão que desencadearia o processo de independência política. Os comerciantes reinóis que viviam na América, denominados de Partido Português, ansiavam pelo retorno do do status quo de antes, pois gozariam, pois gozariam da exclusividade colonial mercantilista que os beneficiariam. A aristocracia rural, consubstanciada no chamado Partido Brasileiro, apresentava um discurso liberal econômico e moderado em termos sociais. Os brasileiros, muitos dos quais bacharéis da Universidade de Coimbra, invocavam os direitos de livre-comércio, propriedade privada e de manutenção da escravidão. Um terceiro grupo, denominado de "liberais radicais", defendia uma plataforma política jacobinista, pregando abertamente a Independência, o abolicionismo e a República.

D. João VI, que seria forçado pelo movimento português a retornar à Europa em 26 de abril de 1821, manteve no Brasil seu filho, D. Pedro, como príncipe regente, tendo advertido-o a "conduzir a revolução antes que um aventureiro a fizesse". Em 29 de setembro de 1821, as Cortes portuguesas anunciam a intenção de restabelecer as relações monopolistas mercantilistas, interrompidas pela abertura dos portos de 1808. Em 9 de janeiro

de 1822, D. Pedro, associado à elite brasileira coimbrã, decide não retornar para Portugal, em um episódio conhecido como "Dia do Fico". Em 1º de agosto, diante da intransigência portuguesa, o príncipe regente determina que qualquer decisão vinda da Europa somente poderia ser acatada com a sua aprovação e declara que as tropas lusas no Brasil seriam tratadas como inimigas. Em 7 de setembro de 1822, o príncipe Regente declara, através do célebre Grito do Ipiranga, a independência formal do Brasil.

O cientista social Florestan Fernandes qualificou a Independência do Brasil como uma "revolução conservadora", pois, a despeito de promover o rompimento político do Reino Unido americano, manteve a estrutura latifundiária agroexportadora e escravista. As relações de dependência para com a Inglaterra também seriam mantidas e, em certo sentido, até mesmo reforçadas, como, por exemplo, através de dívida externa que o país foi obrigado a contrair para ter seu novo status político reconhecido por Portugal, que somente o fez oficialmente em 29 de agosto de 1825. A Inglaterra, assim como Portugal, também favorecida com direitos de alfândega no Brasil, reconheceu o novo país em 17 de agosto de 1827.

A independência da América Portuguesa guardou ainda outras peculiaridades. Ao contrário do que ocorreu na América Espanhola, no Brasil não houve uma mobilização militar nacional que pudesse ser qualificada como "Guerra de Independência". Ademais, o país conservou sua integridade territorial e a manutenção do sistema monárquico com D. Pedro I representando a continuidade da Casa de Bragança. Um outro aspecto, contudo, aproximou os processos latino-americanos: a marginalização das classes populares do processo político. O naturalista francês Saint-Hilaire, que se encontrava no país, chegou a declarar que "a massa popular a tudo ficou indiferente", referindo-se a não participação das camadas populares no fenômeno político de 1822.

EXERCÍCIOS PROPOSTOS

01. (FUVEST) Na edição de julho de 1818 do Correio Braziliense, o jornalista Hipólito José da Costa, residente em Londres, publicou a seguinte avaliação sobre os dilemas então enfrentados pelo Império português na América:

A presença de S.M. [Sua Majestade Imperial] no Brasil lhe dará ocasião para ter mais ou menos influência naqueles acontecimentos; a independência em que el-rei ali se acha das intrigas europeias o deixa em liberdade para decidir-se nas ocorrências, segundo melhor convier a seus interesses. Se volta para Lisboa, antes daquela crise se decidir, não poderá tomar parte nos arranjamentos que a nova ordem de coisas deve ocasionar na América.

Nesse excerto, o autor referia-se

a) aos desdobramentos da Revolução Pernambucana do ano anterior, que ameaçara o domínio português sobre o centro-sul do Brasil.
b) às demandas da Revolução Constitucionalista do Porto, exigindo a volta imediata do monarca a Portugal.
c) à posição de independência de D. João VI em relação às pressões da Santa Aliança para que interviesse nas guerras do rio da Prata.
d) às implicações que os movimentos de independência na América espanhola traziam para a dominação portuguesa no Brasil.
e) ao projeto de D. João VI para que seu filho D. Pedro se tornasse imperador do Brasil independente.

02. (PUC-SP) Entre os eventos que antecederam a independência política do Brasil e propuseram ou criaram condições para a autonomia, podem-se mencionar

a) as iniciativas da Coroa portuguesa no Brasil, no início do século XIX, como a permissão ao comércio internacional sem mediação da Metrópole e a criação de sistema bancário oficial.
b) as revoltas ocorridas na região das Minas Gerais, no decorrer do século XVIII, com características e projetos, em todos os casos, emancipacionistas e propositores de um Estado brasileiro autônomo.
c) as mudanças ocorridas no cenário europeu, entre o final do século XVIII e o início do XIX, com a ascensão de Napoleão ao trono francês e a conquista, por suas tropas, de toda a Europa Ocidental e de suas possessões coloniais.
d) as ações de grupos de comerciantes da Colônia, desde o início do século XIX, desejosos de ampliar sua independência comercial e de estabelecer vínculos diretos com países do Ocidente europeu e do Extremo Oriente.
e) as vitórias, no século XVIII, das lutas pela independência nas regiões de colonização espanhola, francesa e inglesa das Américas, gerando um conjunto de impérios autônomos, possíveis parceiros comerciais para o Brasil.

03. (ENEM) Quando a Corte chegou ao Rio de Janeiro, a Colônia tinha acabado de passar por uma explosão populacional. Em pouco mais de cem anos, o número de habitantes aumentara dez vezes.

(GOMES, L. 1808: como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma Corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil. São Paulo: Planeta do Brasil, 2008 (adaptado).)

A alteração demográfica destacada no período teve como causa a atividade

a) cafeeira, com a atração da imigração europeia.
b) industrial, com a intensificação do êxodo rural.
c) mineradora, com a ampliação do tráfico africano.
d) canavieira, com o aumento do apresamento indígena.
e) manufatureira, com a incorporação do trabalho assalariado.

04. (MACKENZIE) Em 1 de abril de 1808, durante a regência de D. João, o alvará de 1785 foi revogado, o que permitiu a liberação e o estabelecimento de indústrias e manufaturas no Brasil. Apesar disso, na prática, essa providência não alcançou seus objetivos de capacitar o país para desenvolver suas indústrias, porque

a) os acordos de parceria estabelecidos entre o Brasil e a Inglaterra, para o incremento técnico das manufaturas nacionais, foram cancelados por falta de interesse da elite agrária do nosso país.
b) D. João, apesar de ter permitido a instalação de manufaturas no país, defendia a superioridade dos produtos industrializados europeus perante os similares nacionais.
c) faltava ainda a adoção de uma política de proteção alfandegária nacional diante da concorrência das mercadorias britânicas, além de o nosso mercado consumidor interno não ser muito amplo.
d) novos acordos comerciais foram assinados com potências europeias, o que ampliou os privilégios dos comerciantes estrangeiros no nosso país, em detrimento dos interesses nacionais.
e) apesar de a Inglaterra ter honrado os acordos comerciais e entregado máquinas e equipamentos industriais, a nossa mão de obra escrava não tinha especialização necessária para o trabalho na indústria.

05. (FUVEST) Considerando-se o intervalo entre o contexto em que transcorre o enredo da obra Memórias de um sargento de milícias, de Manuel Antônio de Almeida, e a época de sua publicação, é correto afirmar que a esse período corresponde o processo de

a) Reforma e crise do Império Português na América.
b) Triunfo de uma consciência nativista e nacionalista na colônia.
c) Independência do Brasil e formação de seu Estado nacional.
d) Consolidação do Estado nacional e de crise do regime monárquico brasileiro.
e) Proclamação da República e instauração da Primeira República.

06. (ENEM) A transferência da corte trouxe para a América portuguesa a família real e o governo da Metrópole. Trouxe também, e sobretudo, boa parte do aparato administrativo português. Personalidades diversas e funcionários régios continuaram embarcando para o Brasil atrás da corte, dos seus empregos e dos seus parentes após o ano de 1808.

NOVAIS, F. A.; ALENCASTRO, L. F. (Org.). História da vida privada no Brasil. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.

Os fatos apresentados se relacionam ao processo de independência da América portuguesa por terem

a) incentivado o clamor popular por liberdade.
b) enfraquecido o pacto de dominação metropolitana.
c) motivado as revoltas escravas contra a elite colonial.
d) obtido o apoio do grupo constitucionalista português.
e) provocado os movimentos separatistas das províncias.

UTILIZE O CONTEÚDO A SEGUIR PARA RESPONDER AS QUESTÕES 07 E 08.

Com a vinda da Corte, pela primeira vez, desde o início da colonização, configuravam-se nos trópicos portugueses preocupações próprias de uma colônia de povoamento e não apenas de exploração ou feitoria comercial, pois que no Rio teriam que viver e, para sobreviver, explorar "os enormes recursos naturais" e as potencialidades do Império nascente, tendo em vista o fomento do bem-estar da própria população local.

(Maria Odila Leite da Silva Dias. A interiorização da metrópole e outros estudos, 2005.)

07. (UNESP) A vinda da Corte portuguesa para o Brasil, ocorrida em 1808 e citada no texto, foi provocada, sobretudo,

a) Pelo fim da ocupação francesa em Portugal e pelo projeto, defendido pelos liberais portugueses, de iniciar a gradual descolonização do Brasil.
b) Pela pressão comercial espanhola e pela disposição, do príncipe regente, de impedir a expansão e o sucesso dos movimentos emancipacionistas na colônia.
c) Pelo interesse de expandir as fronteiras da colônia, avançando sobre terras da América Espanhola, para assegurar o pleno domínio continental do Brasil.
d) Pela invasão francesa em Portugal e pela proximidade e aliança do governo português com a política da Inglaterra.
e) Pela intenção de expandir, para a América, o projeto de união ibérica, reunindo, sob a mesma administração colonial, as colônias espanholas e o Brasil.

08. (UNESP) alteração na relação entre o governo português e o Brasil, mencionada no texto, pode ser notada, por exemplo,

a) Na redução dos impostos sobre a exportação do açúcar e do algodão, no reforço do sistema colonial e na maior integração do território brasileiro.
b) No estreitamento dos vínculos diplomáticos com os Estados Unidos, na instalação de um modelo federalista e na modernização dos portos.
c) Na ampliação do comércio com as colônias espanholas do Rio da Prata, na reurbanização do Rio de Janeiro e na redução do contingente do funcionalismo público.
d) Na abertura de estradas, na melhoria das comunicações entre as capitanias e no maior aparelhamento militar e policial.
e) No restabelecimento de laços comerciais com França e Inglaterra, na fundação de casas bancárias e no aprimoramento da navegação de cabotagem.

09. (FUVEST) Fui à terra fazer compras com Glennie. Há muitas casas inglesas, tais como celeiros e armazéns não diferentes do que chamamos na Inglaterra de armazéns italianos, de secos e molhados, mas, em geral, os ingleses aqui vendem suas mercadorias em grosso a retalhistas nativos ou franceses. (...) As ruas estão, em geral, repletas de mercadorias inglesas. A cada porta as palavras Superfino de Londres saltam aos olhos: algodão estampado, panos largos, louça de barro, mas, acima de tudo, ferragens de Birmingham, podem-se obter um pouco mais caro do que em nossa terra nas lojas do Brasil.

(Maria Graham. Diário de uma viagem ao Brasil. São Paulo, Edusp, 1990, p. 230 (publicado originalmente em 1824). Adaptado.)

Esse trecho do diário da inglesa Maria Graham refere- se à sua estada no Rio de Janeiro em 1822 e foi escrito em 21 de janeiro deste mesmo ano. Essas anotações mostram alguns efeitos

a) Do Ato de Navegação, de 1651, que retirou da Inglaterra o controle militar e comercial dos mares do norte, mas permitiu sua interferência nas colônias ultramarinas do sul.
b) Do Tratado de Methuen, de 1703, que estabeleceu a troca regular de produtos portugueses por mercadorias de outros países europeus, que seriam também distribuídas nas colônias.
c) Da abertura dos portos do Brasil às nações amigas, decretada por D. João em 1808, após a chegada da família real portuguesa à América.
d) Do Tratado de Comércio e Navegação, de 1810, que deu início à exportação de produtos do Brasil para a Inglaterra e eliminou a concorrência hispano- americana.
e) Da ação expansionista inglesa sobre a América do Sul, gradualmente anexada ao Império Britânico, após sua vitória sobre as tropas napoleônicas, em 1815.

10. (ENEM) Em 2008 foram comemorados os 200 anos da mudança da família real portuguesa para o Brasil, onde foi instalada a sede do reino. Uma sequência de eventos importantes ocorreu no período 1808–1821, durante os 13 anos em que D. João VI e a família real portuguesa permaneceram no Brasil.

Entre esses eventos, destacam-se os seguintes:

• Bahia — 1808: Parada do navio que trazia a família real portuguesa para o Brasil, sob a proteção da marinha britânica, fugindo de um possível ataque de Napoleão.

• Rio de Janeiro—1808: Desembarque da família real portuguesa na cidade onde residiriam durante sua permanência no Brasil.

• Salvador — 1810: D. João VI assina a carta régia de abertura dos portos ao comércio de todas as nações amigas, ato antecipadamente negociado com a Inglaterra em troca da escolta dada à esquadra portuguesa.

• Rio de Janeiro — 1816: D. João VI torna-se rei do Brasil e de Portugal, devido à morte de sua mãe, D. Maria I.

• Pernambuco — 1817: As tropas de D. João VI sufocam a revolução republicana.

(GOMES, L. 1808: como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil. São Paulo: Editora Planeta, 2007 (adaptado).)

Uma das consequências desses eventos foi

a) a decadência do império britânico, em razão do contrabando de produtos ingleses através dos portos brasileiros.

b) o fim do comércio de escravos no Brasil, porque a Inglaterra decretara, em 1806, a proibição do tráfico de escravos em seus domínios.

c) a conquista da região do rio da Prata em represália à aliança entre a Espanha e a França de Napoleão.

d) a abertura de estradas, que permitiu o rompimento do isolamento que vigorava entre as províncias do país, o que dificultava a comunicação antes de 1808.

e) o grande desenvolvimento econômico de Portugal após a vinda de D. João VI para o Brasil, uma vez que cessaram as despesas de manutenção do rei e de sua família.

GABARITO

EXERCÍCIOS PROPOSTOS

01. D	03. C	05. C	07. D	09. C
02. A	04. C	06. B	08. D	10. C

ANOTAÇÕES

ANOTAÇÕES

ANOTAÇÕES